



PODER LEGISLATIVO
Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada Rosangela Moro

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) PROCURADOR(A) GERAL
ELEITORAL**

ROSANGELA MORO, brasileira, Deputada Federal da 57ª legislatura, inscrita no CPF sob o nº 992.600.559-15, endereço eletrônico dep.rosangelamoro@camara.leg.br, com endereço profissional situado no Gabinete 434, Anexo IV, Câmara dos Deputados, Brasília, DF, CEP: 70160-900, vem, respeitosamente, com fulcro nos art. 5º, inciso XXXIV, alínea “a”, da Constituição Federal, art. 72 e seguintes, da LC nº 75/1993, art. 36-A, da Lei nº 9.504/1997, apresentar

REPRESENTAÇÃO POR ATO DE CAMPANHA ANTECIPADA

em face de **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**, brasileiro, casado, Presidente da República, inscrito no CPF sob o nº 070.680.938-68, com endereço funcional no Palácio do Planalto, Praça dos Três Poderes, Brasília - DF, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I. DOS FATOS

No dia 19/05/2026, em evento oficial do governo federal, destinado ao anúncio de crédito para taxistas e motoristas de aplicativo, o Representado se dirigiu a todos que estavam presentes e disse o seguinte¹:

“Não mexam com a Simone ou com a Marina. O que você pode fazer com elas, um dia, é dar votos para as duas”

As pessoas mencionadas, quais sejam, “Simone” e “Marina”, são pré-candidatas ao Senado Federal por São Paulo e estavam presentes no evento em questão. O fato

1

https://veja.abril.com.br/brasil/lula-ignora-tse-e-pede-votos-a-simone-tebet-e-marina-silva-em-evento-oficial-do-governo/?utm_campaign=mrf-twitter-VEJA&mrfcid=202605196a093d409dec6c1d889b7f6c



configura-se, portanto, campanha antecipada, a qual será elaborada pelos fatos de direito a seguir expostos.

II. DO DIREITO E DA CAMPANHA ANTECIPADA

O Representado, a menos de 5 (cinco) meses da eleição, pediu claramente votos para duas pré-candidatas ao Senado federal por São Paulo. No evento em questão, além da presença das pré-candidatas, também havia uma multidão de eleitores. Ou seja, não se trata aqui de um mero deslize em um evento fechado, somente com lideranças políticas, mas de um evento com eleitores.

Vejamos o disposto no art. 36-A, da Lei nº 9.504/1997:

“Art. 36-A. **Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto,** a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet:” (Grifo nosso)

A norma acima dita que não se configura propaganda antecipada, além de outros, o que não envolve pedido explícito de voto. Porém, no caso em questão, o Representado pediu de modo claro e inequívoco, votos às suas pré-candidatas Marina Silva e Simone Tebet.

Já a Resolução nº 23.610/2019, do TSE, em seu art. 3º-A, dispõe que é propaganda antecipada a mensagem que contenha pedido explícito de voto. Além disso, a fim de não permitir o pedido de voto de forma dissimulada, o parágrafo único do art. 3º-A afirma:

“Art. 3º-A. Considera-se propaganda antecipada passível de multa aquela divulgada extemporaneamente cuja mensagem contenha pedido explícito de voto, ou que veicule conteúdo eleitoral em local vedado ou por meio, forma ou instrumento proscrito no período de campanha. (Incluído pela Resolução nº 23.671/2021)

Parágrafo único. **O pedido explícito de voto não se limita ao uso da locução “vote em”, podendo ser inferido de termos e expressões que transmitam o mesmo conteúdo**”. (Grifo nosso)

Portanto, ao utilizar a frase:

“O que você pode fazer com elas, um dia, é dar votos para as duas.”

O Representado, mesmo não utilizando-se da frase “vote em”, pediu votos inequivocamente às duas pré-candidatas, o que de acordo com a norma legal acima, caracteriza-se propaganda antecipada passível de multa.



PODER LEGISLATIVO

Câmara dos Deputados

Gabinete da Deputada Rosângela Moro

A jurisprudência do TSE é clara nesse sentido:

“ELEIÇÕES 2020. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. PRÉ-CANDIDATO. PREFEITO. EVENTO COM PRESENÇA DO PRÉ-CANDIDATO. EVENTO DE GRANDES PROPORÇÕES. FLAGRANTE QUEBRA DE ISONOMIA ENTRE CANDIDATOS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO COMPATÍVEL COMAJURISPRUDÊNCIA DOTSE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 24 E 30 DOTSE. NÃO PROVIMENTO DO APELO. SÍNTESE DO CASO 1. Trata-se de agravo regimental interposto em face de decisão monocrática que negou seguimento a recurso especial e, dessa forma, manteve o acórdão do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão que, por unanimidade, negou provimento a recurso e manteve a sentença proferida pelo Juízo da 28ª Zona Eleitoral daquele Estado, que julgou procedente representação por propaganda eleitoral antecipada proposta pelo Ministério Público Eleitoral e aplicou ao recorrente a multa de R\$ 5.000,00, nos termos do art. 36, § 3º, da Lei 9.504/97. ANÁLISE DO AGRAVO REGIMENTAL REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DO VERBETE SUMULAR 24 DOTSE 2. O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão reconheceu a propaganda eleitoral extemporânea, por flagrante quebra de isonomia entre candidatos, diante da promoção de carreta e discursos em evento público com a presença do pré-candidato após a realização de convenção partidária do PDT, no dia 15.9.2020, veiculando, inclusive, jingle típico de campanha eleitoral. 3. Embora o agravante insista no argumento de que não incide no caso o verbete sumular 24 do TSE, não demonstrou, de modo efetivo, de que forma seria possível acolher as razões recursais para afastar a conclusão de que o evento em questão, pela sua dimensão e ampla repercussão, importou em flagrante quebra de isonomia entre candidatos. ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL A QUO NO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA DO TSE. INCIDÊNCIA DO VERBETE SUMULAR 30 DO TSE 4. O entendimento do TRE/MA está de acordo com a jurisprudência do TSE, no sentido de que a violação ao princípio da igualdade de oportunidades entre candidatos é um critério alternativo para a caracterização da propaganda eleitoral antecipada, ao lado da presença de pedido explícito de voto ou da utilização de meio proscrito no período de campanha. Precedentes. CONCLUSÃO Agravo regimental a que se nega provimento. Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº060014889, Acórdão, Min. Floriano De Azevedo Marques, Publicação: DJE Diário de Justiça Eletrônico, 29/04/2024.”

Ademais, quanto às ditas “magic words”:



PODER LEGISLATIVO

Câmara dos Deputados

Gabinete da Deputada Rosângela Moro

“RECURSO EM REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA ANTECIPADA NEGATIVA- DIVULGAÇÃO, EM MÍDIAS SOCIAIS, DE VÍDEO COM CONHECIDO JINGLE DE CAMPANHA DE PRÉ-CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, COM A SOBREPOSIÇÃO DE FALAS E IMAGENS DE CONTEÚDO CRÍTICO E NEGATIVO COMPARTILHAMENTO COM LEGENDAS QUE FAZEM EXPRESSA ALUSÃO À FUTURA DISPUTA ELEITORAL- MÉTRICA FIXADA PELO PLENÁRIO DESTA TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2022, PARA FINS DE RECONHECIMENTO DA PRÁTICA DE PROPAGANDA ANTECIPADA- INVESTIGAÇÃO DO CONTEXTO EM QUE PRATICADO O ATO QUESTIONADO- CASO EM QUE, NOSTERMO DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE, RESTOU CONFIGURADA PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA NEGATIVA- REPRESENTAÇÃO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE- RECURSO DESPROVIDO. 1. Nos exatos termos do art. 36-A da Lei nº 9.504/1997, tornaram-se PERMITIDAS, ainda antes do início do exíguo prazo oficial de 45 dias de campanha, as seguintes condutas: 1) menção à pretensa candidatura; 2) exaltação das qualidades pessoais; 3) participação em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na Internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos; 4) realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e a expensas dos partidos políticos, para tratar da organização dos processos eleitorais, discussão de políticas públicas, planos de governo ou alianças partidárias; 5) realização, a expensas de partido político, de reuniões de iniciativa da sociedade civil, de veículo ou meio de comunicação ou do próprio partido, em qualquer localidade, para divulgar ideias, objetivos e propostas partidárias; 6) divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas; e 7) o pedido de apoio político e a divulgação da pré-candidatura, das ações políticas desenvolvidas e das que se pretende desenvolver. 2. Há, no entanto, um núcleo mínimo que permaneceu vedado pela legislação eleitoral, até que se inicie oficialmente o período de campanha, qual seja, o "pedido explícito de voto" ou de "não voto" (art. 36-A, caput, da Lei nº 9.504/1997). 3. O pedido explícito de voto ou não voto legalmente proibido não se limita às locuções "vote em" ou "não vote em", podendo ser objetivamente extraído de locuções outras, igualmente explícitas e diretas, materializadas naquilo que não apenas a jurisprudência desta Corte, mas também a abaladíssima doutrina de Aline Osório, designam de "magic words", tais como "vote", "não vote", "eleja", "derrote", "tecle na urna", "apoie", etc. (OSÓRIO, Aline. Direito Eleitoral e Liberdade de Expressão. Belo Horizonte: Fórum, 2017, 194). 4. Ainda que o pedido explícito de voto possa ser extraído de outras palavras, as chamadas "palavras mágicas", como "vote", "eleja", "tecle a urna", ou "derrote", "não eleja", "não vote", a interpretação do que deve ser entendido como pedido explícito de voto, para fins de incidência da vedação legal, não pode esvaziar a literalidade dos inúmeros comportamentos expressamente permitidos durante a pré-campanha



PODER LEGISLATIVO

Câmara dos Deputados

Gabinete da Deputada Rosangela Moro

pelo art. 36-A da Lei nº 9.504/97, cuja interpretação deve se dar de forma sempre maximizadora, sob pena de criação de um modelo eleitoral em que o prazo oficial de campanha é excessivamente curto e no qual não há margem razoável de apresentação de futuros postulantes em período anterior, com claro comprometimento da competitividade eleitoral e da renovação política. 5. O Plenário desta Corte Superior fixou, para o presente pleito eleitoral de 2022, a premissa segundo a qual o pedido explícito de voto ou de não voto proibido pela norma inscrita no art. 36-A da Lei nº 9.504/97 pode ser extraído do contexto em que as falas foram proferidas, do chamado "conjunto da obra", bem assim da semelhança entre o ato praticado a destempo e os atos típicos e próprios do momento oficial de campanha eleitoral (Recurso na Rp 0600229-33). 6. O compartilhamento de mídia cujo conteúdo é de clara propaganda eleitoral negativa ainda em abril do ano eleitoral, sob a suposta alegação de se tratar do "jingle de campanha" de pré-candidato adversário, com a exortação para que seja visto e compartilhado, bem assim com o apelo ao usuário para que "combata a ignorância, compartilhe o vídeo", tudo isso ainda em momento distante do início da disputa, ajustam-se à ideia de pedido de não voto a destempo, tal como definido pelo Plenário desta Casa para as eleições de 2022, até porque as falas ali exploradas, com poucas alterações, fizeram parte dos programas oficiais de rádio e de televisão durante a fase oficial de campanha. 7. Representação julgada parcialmente procedente. Recurso desprovido. Recurso na Representação nº 060030120, Acórdão, Min. Maria Cláudia Bucchianeri, Publicação: PSESS- Publicado em Sessão, 19/12/2022."

Diante do exposto, em discordância com a Lei das Eleições, com a Resolução nº 23.610/2019, do TSE e da jurisprudência da mesma corte, resta comprovada a ilegalidade na conduta praticada pelo Representado e, em consonância com os dispositivos legais aqui citados, deve-se a aplicação da multa prevista em patamar máximo, por conter a palavra "votos" e por fazer referência à duas pré-candidatas.

III. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se:

1. O recebimento da presente representação;
2. O requerimento, ao TSE, no mérito, da procedência total e de condenação ao pagamento de multa dupla e no patamar máximo, haja vista a clara propaganda antecipada promovida pelo Representado;



PODER LEGISLATIVO
Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada Rosangela Moro

Termos em que,
Pede deferimento.

Brasília/DF, 20 de maio de 2026.

Dep. ROSANGELA MORO
PL/SP